



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO

EDITAL FD/PÓS/SEL. nº 01/2009 – ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO DE INGRESSO NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA FACULDADE DE DIREITO DA USP PARA O ANO DE 2010.

A Comissão de Pós-Graduação (CPG) da FDUSP, no uso de sua competência fixada no artigo 41 do Regimento de Pós-Graduação da USP, torna público a abertura de inscrições e estabelece normas para o processo seletivo de ingresso no Programa de Pós-Graduação, para o ano de 2010, nos níveis de mestrado e doutorado, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 1.1. O Programa de Pós-Graduação da FDUSP conta, atualmente, com 10 áreas de concentração, a saber: 1) *Direito Civil*; 2) *Direito Comercial*; 3) *Direito Econômico e Financeiro*; 4) *Direito do Estado*; 5) *Direito Internacional*; 6) *Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia*; 7) *Direito Processual*; 8) *Direito do Trabalho*; 9) *Filosofia e Teoria Geral do Direito*; e 10) *Direitos Humanos*.
- 1.2. O processo de seleção será realizado em três fases, conforme o disposto no item 6.
- 1.3. Poderão participar do processo de seleção candidatos portadores de título de graduação ou os que concluírem o curso de graduação no ano da inscrição.
- 1.4. Haverá isenção da taxa da prova de proficiência, conforme o disposto no item 3.
- 1.5. Haverá redução do valor das taxas da prova de proficiência, conforme o disposto no item 5
- 1.6. Haverá dispensa das provas de proficiência e ou dissertativa, conforme o disposto no item 10.
- 1.7. Haverá vista às provas de proficiência e dissertativa, conforme o disposto no item 15.
- 1.8. A realização da prova de proficiência em idioma estrangeiro ficará cargo da FUVEST.

- 1.9. No decorrer deste processo seletivo, serão, ainda, divulgados quatro Editais e dois Comunicados pela FDUSP no link: http://www.direito.usp.br/pos/pos_stricto_editais_01.php, e o resultado das provas de proficiência em idioma estrangeiro pela FUVEST, conforme a seguinte ordem cronológica:
- a. Em **27 de maio de 2009**: Comunicado **FD/PÓS/SEL. nº 01/2009** contendo:
 - I. Resultado dos pedidos de dispensa da prova de proficiência em idioma estrangeiro e convocação dos candidatos com pedidos indeferidos de dispensa da referida prova, para pagamento da taxa FUVEST, nos dias 28 e 29 de maio de 2009.
 - II. Resultado dos pedidos de dispensa da prova dissertativa.
 - III. Resultado dos pedidos de desconto de 50% da taxa da FUVEST.
 - IV. Resultado dos pedidos de isenção da taxa da FUVEST (para os candidatos da Área de Direitos Humanos).
 - b. Em **21 de agosto de 2009**: resultado da prova de proficiência em idioma estrangeiro, no site da FUVEST (www.fuvest.br).
 - c. Em **25 de agosto de 2009**: Edital **FD/PÓS/SEL. nº 02/2009**: relação dos candidatos convocados para a 2ª fase do processo seletivo (prova dissertativa) e local da prova.
 - d. Em **16 de outubro de 2009**: Edital **FD/PÓS/SEL. nº 03/2009**: resultado da prova dissertativa; Edital **FD/PÓS/SEL. nº 04/2009**: relação dos candidatos convocados para a 3ª fase (seleção pelo orientador) e vagas disponibilizadas; e Comunicado **FD/PÓS/SEL. nº 02/2009**: especificidades da seleção pelo orientador.
 - e. Em **18 de dezembro de 2009**: Edital **FD/PÓS/SEL. nº 05/2009**: resultado final do processo seletivo.

2. DAS INSCRIÇÕES

- 2.1. O período de inscrição para este processo seletivo será dividido em duas etapas:
- a. **11 a 15 de maio de 2009**, para os candidatos que desejam pleitear dispensa de provas de proficiência em idioma estrangeiro e ou dissertativa ou os que se enquadram nos termos do item 10.
 - b. **18 a 22 de maio de 2009**, para os demais candidatos.
- 2.2. As inscrições serão feitas no Serviço de Alunos de Pós-Graduação – Largo São Francisco, 95 – Prédio Anexo – 3º andar intermediário, no horário das 10h00 às 17h00.
- 2.3. No ato da inscrição, os candidatos deverão entregar os seguintes documentos:
- a. Uma cópia simples da cédula de identidade do candidato RG. – **não será aceito outro documento em substituição**
 - b. Cópia simples do diploma de bacharel e de mestre se for o caso, devidamente registrado, **ou** da certidão de colação de grau

(devido constar a data em que colou o grau) **ou** atestado de matrícula do último semestre do curso de graduação.

- c. Duas vias do requerimento de inscrição, disponível no link: http://www.direito.usp.br/pos/pos_stricto_formularios_01.php, sendo uma via para protocolo.
- d. Os candidatos que prestarão prova de proficiência em idioma estrangeiro deverão entregar também: uma ficha de inscrição da FUVEST, encontrada somente na Secretaria de Pós-Graduação; uma foto 3x4 recente; e comprovante de pagamento da taxa da FUVEST, conforme disposto no item 4.
- e. Em caso de inscrição por procuração, esta deverá ser pública.

3. DA ÁREA DE DIREITOS HUMANOS

- 3.1. Um terço das vagas disponibilizadas nesta área será direcionado, por um sistema de ponderação, para pessoas:
 - a. Pertencentes à etnias negra e indígena;
 - b. Portadoras de deficiência física grave;
 - c. Que estejam em situação de hiposuficiência socioeconômica.
- 3.2. Os candidatos mencionados no subitem acima poderão se inscrever através do “formulário de inscrição para vagas direcionadas” encontrado no link: http://www.direito.usp.br/pos/pos_stricto_formularios_01.php.
- 3.3. Os candidatos que se inscreverem nesta área poderão ter isenção do pagamento da taxa da FUVEST, devendo atender as orientações contidas nas informações complementares das “**Medidas de Inclusão Social**”, encontrada no link: http://www.direito.usp.br/pos/pos_stricto_processo_seletivo_01.php.

4. DAS TAXAS

- 4.1. Para a prova de proficiência em idioma estrangeiro, serão cobradas as seguintes taxas:
 - a. Exame de 01 idioma: R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais).
 - b. Exame de 02 idiomas: R\$ 200,00 (duzentos reais).
 - c. Exame de 03 idiomas: R\$ 201,00 (duzentos e hum reais).
 - d. Exame de 04 idiomas: R\$ 202,00 (duzentos e dois reais).

5. DA REDUÇÃO DO VALOR DAS TAXAS

- 5.1. Nos termos da Lei Estadual nº 12.782, de 20 de dezembro de 2007, será concedido desconto de 50% (cinquenta por cento) nos valores referidos item 4, do presente Edital aos candidatos que comprovarem, cumulativamente:
 - a. Ser estudante regularmente matriculado em curso superior, em nível de graduação ou de pós-graduação, mediante apresentação de atestado de matrícula;
 - b. Perceber remuneração mensal inferior a dois salários mínimos, mediante apresentação de comprovação de renda ou estar desempregado, mediante declaração por escrito de tal condição.

6. DAS FASES DO PROCESSO SELETIVO

- 6.1. Nos termos da Deliberação FD nº 52/04, da Egrégia Congregação da Faculdade de Direito da USP, o processo seletivo constará de três fases sucessivas e eliminatórias, para qualquer dos níveis do Programa de Pós-Graduação (mestrado e doutorado), a saber:
- a. **PRIMEIRA FASE: prova de proficiência** em idioma estrangeiro, a ser realizada pela FUVEST.
 - b. **SEGUNDA FASE: prova dissertativa** de conhecimentos jurídicos na área de concentração escolhida pelo candidato, a ser realizada pela FDUSP.
 - c. **TERCEIRA FASE: seleção pelo orientador**, a ser realizada pela FDUSP.

7. DA PROVA DE PROFICIÊNCIA EM IDIOMA ESTRANGEIRO

- 7.1. Os candidatos deverão obter proficiência em um idioma estrangeiro para o nível de mestrado, e em dois idiomas estrangeiros para o nível de doutorado, com nota mínima de aprovação 7,00, a serem escolhidos entre o **francês**, o **inglês**, o **alemão** e o **italiano** (conforme art. 3º da Deliberação FD nº 52/2004).
- 7.2. Os candidatos estrangeiros serão avaliados, também, em proficiência do idioma português, através da redação da prova dissertativa.

8. DA PROVA DISSERTATIVA

- 8.1. Serão considerados aprovados nesta prova os candidatos que obtiverem nota mínima 7,00, na correção feita por docente da FDUSP, designado pela CPG. A prova que for avaliada com nota inferior a 7,00 e igual ou superior a 5,00 será automaticamente submetida a reavaliação por outro docente examinador da FDUSP, também designado pela CPG, o qual declarará como aprovado ou reprovado o candidato (conforme arts. 8º e 9º da Deliberação FD nº 52/2004).

9. DA SELECÇÃO PELO ORIENTADOR

- 9.1. Os candidatos dispensados e ou aprovados nas duas fases anteriores deverão indicar o orientador pretendido, dentro da área de concentração escolhida, e entregar na Secretaria de Pós-Graduação, **no período de 19 de outubro a 06 de novembro de 2009**, os seguintes documentos:
- a. Duas vias da ficha de seleção com o orientador, disponível no link: http://www.direito.usp.br/pos/pos_stricto_formularios_01.php, sendo uma via para protocolo.
 - b. Projeto de pesquisa, de acordo com a linha de pesquisa do orientador pretendido, contendo: o tema a ser desenvolvido e suas limitações; justificativa da escolha e sua importância; as principais questões a serem analisadas; bibliografia; e, no caso de doutorado, a contribuição original à ciência jurídica brasileira.
Obs.: Deverá ser entregue uma via impressa e uma via em CD, gravada em PDF.

- c. Currículo Lattes impresso (www.cnpq.br). **Não será aceito currículo fora deste formato.**
- d. **Os documentos impressos deverão ser entregues em pasta classificadas com grampo.**

10. DA DISPENSA DAS PROVAS

- 10.1. **De proficiência em idioma estrangeiro:** os candidatos poderão ser dispensados da prova de proficiência em idioma estrangeiro, requerendo em formulário próprio, disponível no link: http://www.direito.usp.br/pos/pos_stricto_formularios_01.php, nas seguintes hipóteses:
 - a. **Ter sido aprovado** em processo seletivo da FDUSP realizado em 2007 (para ingresso em 2008) ou em 2008 (para ingresso em 2009). A dispensa estará sujeita a verificação e ao deferimento pela Presidente da CPG.
 - b. Ser candidato ao doutorado **com mestrado concluído na USP ou em outros programas de pós-graduação, reconhecidos pela CAPES** à época da obtenção do título, podendo ser aproveitada uma proficiência nele realizada, desde que tenha sido num dos idiomas estrangeiros elencados no item 7.1 deste Edital. A dispensa deverá ser **comprovada através de cópia autenticada de histórico escolar** e estará sujeita a verificação e ao deferimento pela Presidente da CPG.
- 10.2. **Da prova dissertativa:** os candidatos poderão ser dispensados da prova dissertativa, requerendo em formulário próprio, disponível no link: http://www.direito.usp.br/pos/pos_stricto_formularios_01.php, nas seguintes hipóteses:
 - a. **Ter sido aprovado** em processo seletivo da FDUSP realizado em 2007 (para ingresso em 2008) ou em 2008 (para ingresso em 2009), desde que na **mesma área de concentração**. A dispensa estará sujeita a verificação e ao deferimento pela Presidente da CPG.
 - b. Ser candidato ao doutorado e portador de título de **mestre da FDUSP**, desde que sua área de titulação no mestrado seja a mesma que a pretendida no doutorado. A dispensa estará sujeita a verificação e ao deferimento pela Presidente da CPG.
 - c. Ser candidato ao doutorado e portador de título de **mestre** outorgado por outro programa de pós-graduação, reconhecido pela CAPES à época da obtenção do título e que sua área de titulação do mestrado **seja afim** à área de concentração pretendida. A dispensa deverá ser **comprovada através de cópia autenticada de histórico escolar** e estará sujeita a verificação e ao deferimento pela Presidente da CPG.

11. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS E DA SELECÃO PELO ORIENTADOR

- 11.1. A prova de **proficiência em idioma estrangeiro** será realizada nos dias **11 e 12 de julho de 2009**, de acordo com as orientações encontradas no *site* da FUVEST (www.fuvest.br).

- 11.2. A **prova dissertativa** será realizada no dia **04 de setembro de 2009**, das **14h00 às 17h00**, na sala correspondente à área de concentração escolhida pelo candidato, conforme Edital FD/PÓS/SEL. nº 02/2009:
- a. Os candidatos deverão comparecer no local da prova com **pelo menos 30** (trinta) minutos de antecedência, munidos de documento de identidade com foto e caneta esferográfica azul. Após as 13h45, **não será permitido** o ingresso dos candidatos nos locais das provas. Não será permitido qualquer tipo de consulta.
 - b. No início da prova será sorteado um ponto dos constantes na relação abaixo transcrita.
 - c. Nas áreas de concentração em que houver subáreas, o candidato escolherá o ponto sorteado da subárea que desejar, não podendo em hipótese alguma responder a mais de uma questão.
- 11.3. A **seleção pelo orientador** será realizada no período de **16 de novembro a 04 de dezembro de 2009**, e, nos termos do art. 10, da Deliberação FD nº52/2004, essa fase é composta de:
- a. Análise de *curriculum* e projeto de pesquisa;
 - b. e, facultativamente, entrevista;
 - c. e/ou prova específica.

12. DOS PONTOS DA PROVA DISSERTATIVA:

12.1. Área de concentração: DIREITO CIVIL - (2131)

12.1.1. Subárea: Direito Civil

- 1 Codificação e Descodificação : O Direito Civil e o Código Civil de 2002.
- 2 Panorama atual das pessoas jurídicas.
- 3 Visão contemporânea da prescrição.
- 4 A regra da boa fé objetiva e o descumprimento de obrigações secundárias ou de deveres acessórios.
- 5 Extinção dos contratos : Resolução, resilição e rescisão.
- 6 Evolução da responsabilidade civil: responsabilidade objetiva e distribuição equitativa de prejuízos.
- 7 A propriedade: evolução, natureza e fundamento do direito de propriedade.
- 8 O Direito de Superfície no Código Civil e no Estatuto da Cidade.
- 9 A União Estável e o Código Civil de 2002.
- 10 Direito de acrescer entre herdeiros e legatários.

Bibliografia:

ALMEIDA, José Luiz Gavião de . **Direito Civil – Família** . Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

_____. **Código Civil Comentado - Direito das Sucessões. Sucessão em Geral . Sucessão Legítima** . São Paulo: Atlas , 2003.

ALVES, Alexandre Ferreira de Assumpção . **A Pessoa Jurídica e os Direitos da Personalidade** . Rio de Janeiro : Renovar, 1998.

ALVES, José Carlos Moreira . **A Parte Geral do Projeto de Código Civil Brasileiro : subsídios históricos para o novo Código Civil Brasileiro** . São Paulo : Saraiva, 2003.

AMARAL, Francisco . **Direito Civil : Introdução** . 6ª ed. . Rio de Janeiro : Renovar, 2006.

AMORIM FILHO, Agnelo . Critério científico para distinguir a prescrição da decadência e para identificar as ações imprescritíveis. **Revista dos Tribunais**. São Paulo. v.94. n.836. p.733-63. jun. 2005

ANDRADE, Fábio Siebeneichler de . **Da Codificação : Crônica de um Conceito** . Porto Alegre : Livraria do Advogado, 1997.

AZEVEDO, Antônio Junqueira de . **Estudos e pareceres de Direito Privado** . São Paulo : Saraiva, 2004.

_____. Insuficiências, deficiências e desatualização do Código Civil na questão da boa-fé objetiva dos contratos. **RTDC: Revista Trimestral de Direito Civil**. Rio de Janeiro. v.1. n.1. p.3-12. jan./mar. 2000.

_____. **Negócio jurídico: existência, validade e eficácia**. 4ª ed. . São Paulo : Saraiva, 2002.

_____. O Direito Civil tende a desaparecer ? . **Revista dos Tribunais**. São Paulo. v.92. n.811. p.753-60. maio. 2003.

_____. O Direito pós-moderno e a Codificação. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**. São Paulo. v.94. p.3-12. 1999

_____. O Espírito de Compromisso do Direito das Sucessões perante as Exigências Individualistas de Autonomia da Vontade e as Supra-Individualistas da Família . Herdeiro e Legatário . **Revista da Advogado – AASP** . n. 58 . p. 9-13 . março de 2000.

_____. Por uma nova categoria de dano na responsabilidade civil: o dano social . **Revista Trimestral de Direito Civil**, Rio de Janeiro, v. 19, p. 211-218, 2004

AZEVEDO, Álvaro Villaça . A codificação civil: o processo brasileiro. **Revista de Direito Bancário do Mercado de Capitais e da Arbitragem**, v. 6, p. 70-97, 2003.

_____. **Estatuto da família de fato: de acordo com o Novo Código Civil - Lei n. 10.406, de 10/01/2002**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Teoria geral dos contratos típicos e atípicos: curso de direito civil**. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. União Estável : antiga forma do casamento de fato. **Revista dos Tribunais**. São Paulo. v. 83. n. 701. p. 7-12. mar. 1994

_____. **Comentários ao Código Civil - do bem de família; da união estável; da tutela e da curatela (arts. 1711 a 1783)** . São Paulo: Saraiva, 2003.

BARBOSA, Heloisa Helena. Família - casamento - união estável - conceitos e efeitos à luz da Constituição de 1988. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro. v. 1. n. 1. p. 123-37. 1993.

BITTAR, Carlos Alberto . **Direito das Obrigações** . 2ª ed. . atualizada por Carlos Alberto Bittar Filho . Rio de Janeiro : Forense Universitária, 2004.

_____. **Reparação civil por danos morais** . 2º ed. . São Paulo : Revista dos Tribunais, 1994.

BITTAR FILHO, Carlos Alberto. Dano Moral Coletivo. **Revista de Direito do Consumidor**, v. 12. São Paulo: Revista dos Tribunais, p. 44-62, out.-dez. 1994.

CENEVIVA, Walter. **Lei dos Registros Públicos Comentada**. 16ª ed. . São Paulo: Saraiva, 2005.

CHINELATO, Silmara Juny de Abreu . A responsabilidade civil no Código de 2002: aspectos fundamentais. Tendências do direito contemporâneo. In: TEPEDINO, Gustavo; FACHIN, Luiz Edson. (Org.). **O direito & o tempo: embates jurídicos e utopias contemporâneas. Estudos em homenagem ao Professor Ricardo Pereira Lira**. Rio de Janeiro: Renovar, 2008, v. , p. 939-968.

_____. Interpretação dos artigos 1 a 21, 40 a 52. In: CHINELLATO, Silmara Juny, (Coord.); MACHADO, Antonio Cláudio da Costa (Org.) . **Código Civil interpretado artigo por artigo, parágrafo por parágrafo**. 2ª ed. . São Paulo: Manole, 2009.

- _____. Tendências da responsabilidade civil no direito contemporâneo: reflexos no Código de 2002.. In: DELGADO, Mário Luiz. (Org.). **Novo Código Civil: questões controversas**. São Paulo: Método, 2006, v. 5, p. 583-606.
- _____; HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes . Propriedade e posse: uma releitura dos ancestrais institutos. Em homenagem ao professor José Carlos Moreira Alves. **Revista Trimestral de Direito Civil**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 14, p. 79-114, 2003.
- CORDEIRO, Antônio Menezes. **Da boa-fé no Direito Civil** . Coimbra : Almedina, 1985.
- COSTA, Mário Júlio de Almeida . Aspectos fulcrais da boa-fé contratual . **Revista de Direito Comparado** . Instituto de Direito Comparado Luso-Brasileiro . Rio de Janeiro, p. 15-27, 2001.
- COUTO E SILVA, Clóvis V. **A obrigação como processo**. Rio de Janeiro : FGV, 2007.
- DE MATTIA, Fabio Maria . Direitos reais: da aquisição da propriedade imóvel; dos direitos da vizinhança. **Revista da EMERJ**, v. esp., p. 182-195, 2003.
- _____. Inadimplemento de compromisso. **Revista de Direito Civil, Imobiliário, Agrário e Empresarial**. Sao Paulo. v.13. n.50. p.163-73. out./dez. 1989.
- DEL NERO, João Alberto Schützer . O significado jurídico da expressão "função social da propriedade" . **Revista da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo** . São Bernardo do Campo, v. 3, p. 79-97, 1997
- DUARTE, Nestor . A citação válida que não interrompe a prescrição . **Revista de Direito Privado** . São Paulo, v. 2, n. 8, p. 189-197, out./dez. 2001
- FACHIN, Luiz Edson . A cidade nuclear e o Direito periférico (reflexões sobre a propriedade urbana). **Revista dos Tribunais**. São Paulo. v.85. n.723. p.107-10. jan. 1996.
- _____. Limites e possibilidades da nova teoria geral do direito civil. **Ajuris: Revista da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre. v.21. n.60. p.201-11. mar. 1994.
- _____. **Teoria Crítica do Direito Civil** . Rio de Janeiro : Renovar, 2000.
- GODOY, Cláudio Luiz Bueno de . **Função Social do Contrato**. São Paulo : Saraiva, 2004.
- _____. Princípio da boa-fé objetiva. In: José Carlos Moreira Alves; Miguel Reale. (Org.). **Principais controvérsias no novo Código Civil**. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 55-72.
- _____. Responsabilidade civil do juiz e do promotor de justiça. In: Regina Beatriz Tavares da Silva. (Org.). **Responsabilidade civil e sua repercussão nos Tribunais**. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 63-96.
- GOGLIANO, Daisy. A função social do contrato: causa ou motivo. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**. São Paulo. v.99. p.153-98. 2004.
- GOMES, Orlando . **Contratos** . 26ª ed. Edvaldo Brito (coordenador) . Antonio Junqueira de Azevedo e Francisco Paulo De Crescenzo Marino (atualizadores). Rio de Janeiro : Forense. 2007.
- _____. **Transformações gerais do Direito das Obrigações** . São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 1980.
- FRANÇA, Rubens Limongi . **Hermenêutica Jurídica** . 4ª ed. . São Paulo : Saraiva, 1995.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes . **Comentários ao Código Civil : Parte Especial – Do Direito das Sucessões – Da Sucessão em Geral** . v. 20 . Antonio Junqueira de Azevedo (coord.) . São Paulo : Saraiva, 2003.

_____. Concorrência do companheiro e do cônjuge, na sucessão dos descendentes: destaque para dois pontos de irrealização da experiência jurídica à face da previsão contida na regra estampada na nova legislação civil pátria, o código civil de 2002. **Revista da ESMAPE**, v. 9, p. 295-339, 2004.

_____. Direito das Obrigações: o caráter de permanência dos seus institutos, as alterações produzidas pela Lei Civil brasileira de 2002 e a tutela das gerações futuras.. Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka. (Org.). **Novo Código Civil - Interfaces no ordenamento jurídico brasileiro**. Belo Horizonte: Del Rey, 2004, v. 1, p. 51-56.

_____. Equalização 'cônjuge e companheiro' no direito sucessório. *Boletim Ibdfam*, São Paulo, v. 22, p. 6-6, 2003.

_____. CAHALI, Francisco José . **Direito das Sucessões**. 3. ed. . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

_____. **Responsabilidade pressuposta** . Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

_____. Responsabilidade pressuposta: evolução de fundamentos e de paradigmas da responsabilidade civil na contemporaneidade. Mário Luiz Delgado; Jones Figueiredo Alves. (Org.). **Novo Código Civil: questões controvertidas**. São Paulo: Método, 2006, v. 5.

IRTI, Natalino. *Consolidazioni e codificazioni delle leggi civili. Rivista di Diritto Civile*. Padova. v.39. n.3. p.303-9. magg./giugno. 1993.

LIRA, Ricardo César Pereira . O Direito de Superfície e o Novo Código Civil. **Revista Forense**, v. 364, p. 351-266, 2003.

_____. O Moderno Direito de Superfície (Ensaio de uma Teoria Geral). Conveniência de sua Recepção no Direito Positivo Brasileiro. **Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro**, v. 2, p. 425-515, 2006.

LOPES, Miguel Maria de Serpa . **Curso de Direito Civil** . v. 1 . 8ª ed . revista e atualizada por José Serpa Santa Maria . Rio de Janeiro : Freitas Bastos, 1996.

LOPEZ, Teresa Ancona . **Nexo causal e produtos potencialmente nocivos: a experiência brasileira do tabaco**. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

_____. **O dano estético: responsabilidade civil** . 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

LORENZETTI, Ricardo Luis . **Fundamentos do Direito Privado** . tradução de Vera Maria Jacob de Fradera . São Paulo : Revista dos Tribunais, 1998.

LOTUFO, Renan . **Código Civil Comentado : parte geral (arts. 1º a 232)** . v. 1 . São Paulo : Saraiva, 2003.

_____. **Curso Avançado de Direito Civil : Parte Geral** . v. 1 . São Paulo : Revista dos Tribunais, 2002.

MALUF, Carlos Alberto Dabus . **Limitações ao direito de propriedade..** 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

_____. Personalidade do espólio e do condomínio. **Revista de Direito Civil, Imobiliário, Agrário e Empresarial**. São Paulo. v.14. n.54. p.61-4. out./dez. 1990.

_____. Reflexões sobre mudanças ocorridas no novo Código Civil, no condomínio e na propriedade. . **BDI Boletim de Direito Imobiliário**, São Paulo, v. 23, n. 7, p. 12-13, 2002.

MARINO, Francisco Paulo De Crescenzo . **Contratos coligados no direito brasileiro** . São Paulo: Saraiva, 2008

_____. **Cláusulas de inalienabilidade, incomunicabilidade e impenhorabilidade..** 4. ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2006.

_____. Contratos coligados e qualificação contratual em algumas decisões recentes do STJ. **Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo**, v. 19, p. 142-152, 2007.

_____. Interpretação e integração dos contratos. In: JABUR, Gilberto Haddad; PEREIRA JÚNIOR, Antonio Jorge. (Org.). **Direito dos contratos**. São Paulo: Quartier Latin, 2006, v. , p. 51-80.

LEMONS, Patrícia Faga Iglecias . Estatuto da Cidade e plano diretor como instrumentos da política pública de desenvolvimento urbano. Estudo de caso: bairro da Vila Nova Conceição. São Paulo . (em co-autoria - FATYGA, T. ; BATISTA, I.) . **Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo**, São Paulo, v. 16, p. 285-298, 2005.

_____. **Responsabilidade civil por dano ao meio ambiente**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2003.

MONCADA, Luís Cabral de. **Lições de Direito Civil**. 4ª ed. . Coimbra : Almedina, 1995.

MORATO, Antonio Carlos. Codificação e descodificação: uma análise acerca do tema. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**. São Paulo. v. 98. p. 95-120. 2003.

_____. Do Direito de Acrescer entre Herdeiros e Legatários. In: Giovanni Ettore Nanni. (Org.). **Temas relevantes do Direito Civil contemporâneo : reflexões sobre os cinco anos do Código Civil** . São Paulo: Atlas, 2008,

_____. **Pessoa Jurídica Consumidora**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008

NERY JÚNIOR, Nélon . **Código Brasileiro de Defesa do Consumidor : comentado pelos autores do anteprojeto** . 8ª ed. . Ada Pelegrini Grinover (coord.) . Rio de Janeiro : Forense Universitária , p. 493-627, 2004.

OLIVEIRA, José Lamartine Correia de . **A Dupla Crise da Pessoa Jurídica** . São Paulo : Saraiva, 1979.

PERLINGIERI, Pietro . **Perfis do Direito Civil : Introdução ao Direito Civil Constitucional** . tradução de Maria Cristina De Cicco . 3ª ed. . Rio de Janeiro : Renovar, 1997.

PINTO, Carlos Alberto da Mota . **Teoria Geral do Direito Civil** . 3ª ed. . Coimbra : Coimbra Editora, 1996.

REALE, Miguel. **Estudos Preliminares do Código Civil** . São Paulo : Revista dos Tribunais, 2003.

_____. **O Projeto do Novo Código Civil : situação após a aprovação pelo Senado Federal** . 2ª ed. . São Paulo : Saraiva, 1999.

SCAFF, Fernando Campos . **A função social dos imóveis agrários**. São Paulo : Revista dos Tribunais, v. 840, p. 107-113, 2005.

_____. A responsabilidade do empresário pelo fato do produto e do serviço, do Código Civil ao Código de Proteção e Defesa do Consumidor. **Revista dos Tribunais**. São Paulo. v.86. n.737. p.23-33. mar. 1997.

_____. Aspectos Gerais da União Estável. **Revista IOB de Direito de Família**, v. 48, p. 83-90, 2008.

SIMÃO, José Fernando . . A boa-fé objetiva: nova disciplina de um velho instituto. **Revista da Faculdade de Direito**, Fundação Armando Álvares Penteado, v. 3, p. 162-178, 2005.

_____. Impedimento e suspensão da prescrição e da decadência. **Revista EPD : Escola Paulista de Direito - Direito Civil**, São Paulo, v. 1, p. 1-37, 2005.

_____. **Responsabilidade civil do incapaz**. São Paulo: Atlas, 2008.

TEIXEIRA, José Guilherme Braga. O direito de superfície recriado pela lei 10.257, de 10.07.2001. **Revista de Direito Imobiliário**. São Paulo. v.24. n.51. p.46-56. jul./dez. 2001

TEPEDINO, Gustavo . **Temas de Direito Civil** . 2ª ed. . Rio de Janeiro : Renovar, 2001.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Distinção científica entre prescrição e decadência. Um tributo à obra de Agnelo Amorim Filho. **Revista dos Tribunais**. São Paulo. v.94. n.836. p.49-68. jun. 2005.

TOMASETTI JÚNIOR, Alcides. A propriedade privada entre o direito civil e a Constituição. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**. São Paulo. v.41. n.126. p.123-7. abr./jun. 2002.

_____. Abuso de poder econômico e abuso de poder contratual. **Revista dos Tribunais**. São Paulo. v.84. n.715. p.87-107. maio. 1995.

_____. Procedimento do direito de domínio e improcedência da ação reivindicatória. Favela consolidada sobre terreno urbano loteado. Função social da propriedade. **Revista dos Tribunais**. v.85. n.723. p.204-23. jan. 1996.

TOMASEVICIUS FILHO, Eduardo . A Função Social do Contrato: Conceito e Critérios de Aplicação. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 168, p. 197-213, 2005.

_____. Boa-Fé na Escolha da Lei Aplicável aos Contratos Internacionais. In: Naiara Posenato. (Org.). **Contratos Internacionais - Tendências e Perspectivas**. Ijuí :Unijuí, 2006, p. 187-201.

VELOSO, Zeno . **Comentários ao Código Civil : : Parte Especial – Do Direito das Sucessões – Da Sucessão Testamentária – Do Inventário e Da Partilha** . v. 21 . Antonio Junqueira de Azevedo (coord.) . São Paulo : Saraiva, 2003.

VIANA, Rui Geraldo Camargo . Direito à Moradia. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 95, p. 543-552, 2000.

_____. Direitos Reais. In: Seminário sobre o Novo Código Civil Brasileiro, 2003, Brasília. **Seminário sobre o Novo Código Civil: o que muda na vida do cidadão**. Brasília : Centro de Documentação e Informação - Coordenação de Publicações, 2003. v. 1. p. 218-229.

ZANETTI, Cristiano de Sousa. **Responsabilidade pela ruptura das negociações**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2005.

12.1.2. Subárea: **Direito Romano**

1. A lei e o plebiscito.
2. Coisas: "mancipi" e "nec mancipi".
3. A vontade nos atos jurídicos.
4. Proteção da posse.
5. Conceito e espécies de propriedade.
6. Limitações legais da propriedade.
7. Conceito de obrigação.
8. Inadimplemento e responsabilidade.
9. Gestão de negócios.
10. A família romana.

12.1.3. Subárea: **História do Direito**

1. O Edito dos Magistrados e a Jurisprudência no Direito Romano do período clássico.
2. O Direito Romano no Baixo Império e o Direito Bizantino.
3. Compilações dos Direitos Germânicos na Idade Média.
4. Fontes do Direito Canônico até o Decreto de Graciano.
5. As universidades medievais e o *ius commune*.

6. As grandes compilações do Direito Português, do “Livro das Leis e Posturas” até as “Ordenações Filipinas”.
7. A “Lei da Boa Razão” e a reforma dos “Estatutos da Universidade de Coimbra”.
8. Fontes do direito brasileiro no período colonial.
9. Os principais aspectos da legislação joanina e do Regente D.Pedro.
10. O Direito Privado no período imperial: cultura jurídica, doutrina e legislação.

Bibliografia:

GILISSEN, John. *Introdução Histórica ao Direito*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1.995.

MOREIRA ALVES, José Carlos. *Direito Romano*, vol.1, Rio de Janeiro, Forense, 12ª edição, 1.999.

COSTA, Mário Júlio de Almeida Costa. *História do direito português*. Coimbra, Almedina, 1996.

GOMES DA SILVA, Nuno Espinosa. *História do direito português: fontes de direito*. 2.ed. Lisboa, Gulbenkian, 1991.

MARTINS JR, Izidoro. *História do direito nacional*. Recife, Cooperativa Editora e de Cultura Intelectual, 1941.

TRÍPOLI, César. *História do direito brasileiro*. São Paulo, RT, 1936-1947, 2v.

LOBO, Abelardo Saraiva da Cunha, *Curso de Direito Romano*, Rio de Janeiro, Typ.Álvaro Pinto, 1931. (Brasília, Senado Federal, 2006).

12.2. Área de concentração **DIREITO COMERCIAL – (2132)**

- 1 Correlação dos conceitos de empresa, empresário e estabelecimento.
- 2 A dissolução parcial das sociedades de pessoas.
- 3 A responsabilidade civil do administrador e dos sócios na sociedade limitada.
- 4 A governança corporativa: sua contribuição para a disciplina jurídica das sociedades por ações.
- 5 Caracterização do controle externo das companhias.
- 6 O contrato preliminar e sua natureza jurídica.
- 7 Responsabilidade dos administradores de instituições financeiras.
- 8 A relação de consumo e a proteção jurídica do consumidor – situação dos bancos.
- 9 Distinções fundamentais entre DL 7661/45 e a nova disciplina jurídica brasileira das empresas em crise.
- 10 Ineficácia e revogação dos atos praticados antes da falência.

12.3. Área de concentração **DIREITO ECONÔMICO E FINANCEIRO – (2133)**

12.3.1. Subárea: **Direito Econômico e Economia Política**

- 1 Noção e Objeto da Economia Política. As Relações entre Economia e Direito.
- 2 A Economia Política do Desenvolvimento.
- 3 Epistemologia, Conceitos e Teorias do Direito Econômico como Ramo e como Método.

- 4 Constituição Dirigente, Constituição Econômica e Ordem Econômica. Constituição Econômica e Democracia de Massas. A Incorporação do Conflito no Texto Constitucional.
- 5 A Proteção Constitucional à Livre Iniciativa. Iniciativa Econômica Pública, Iniciativa Econômica Privada e Iniciativa Econômica Cooperativa. A Concorrência como Princípio Constitucional.
- 6 Atividade Econômica em Sentido Estrito e Serviço Público. O Debate sobre a Concepção de Serviço Público.
- 7 Planejamento Econômico e Social. O Regime Jurídico do Planejamento. Planejamento e Orçamento. A Experiência Brasileira de Planejamento e seu Sentido Contemporâneo.
- 8 As Empresas Estatais. Empresa Pública e Sociedade de Economia Mista. A Empresa Estatal como Instrumento de Atuação do Estado no Domínio Econômico.
- 9 O Direito de Propriedade e o Direito à Propriedade. A Função Social da Propriedade. Política de Desenvolvimento Urbano. Função Social da Cidade. Política Agrícola e Fundiária. A Reforma Agrária.
- 10 O Debate sobre a Interpretação/Aplicação da Ordem Econômica Constitucional. As Considerações Teleológicas na Interpretação/Aplicação da Constituição Econômica.

12.3.2. Subárea: **Direito Financeiro**

- 1 Funções e limites das normas gerais de direito financeiro e as leis complementares em matéria financeira.
- 2 Receitas não-tributárias: patrimonial, agropecuária, industrial e de serviços. Receitas oriundas de minerais e energia.
- 3 Renúncia de receitas e responsabilidade fiscal.
- 4 Federalismo fiscal: as transferências intergovernamentais e os fundos constitucionais.
- 5 Despesas públicas. Classificações orçamentárias. As despesas públicas no orçamento e na Lei de Responsabilidade Fiscal.
- 6 Orçamento público: conceito e natureza jurídica. As leis orçamentárias e o planejamento da ação governamental. Orçamento-programa, orçamento de desempenho, orçamento base zero, PPBS, orçamento anticíclico.
- 7 A elaboração da lei orçamentária: fases, agentes e participação dos Poderes. O orçamento participativo.
- 8 Orçamento público: a execução orçamentária.
- 9 Fiscalização financeira e orçamentária: legalidade, legitimidade e economicidade. A atuação dos Tribunais de Contas: funções e limites à sua atuação. Pessoas e atos sujeitos à fiscalização financeira e orçamentária.
- 10 Dívida pública e operações de crédito: conceitos e espécies. O endividamento público e seus limites. Endividamento e autonomia financeira dos entes federados: garantias, contragarantias e vinculações de receitas.

Bibliografia:

- **Livros**

ATALIBA, Geraldo. **Empréstimos públicos e seu regime jurídico**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1973.

- BALEEIRO, Aliomar. **Uma introdução à ciência das finanças**. Rio de Janeiro: Forense.
- BURKHEAD, Jesse. **Orçamento Público**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.
- CONTI, José Mauricio. **Direito Financeiro na Constituição de 1988**. São Paulo: Oliveira Mendes, 1998.
- _____. **Federalismo Fiscal e Fundos de Participação**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2001.
- _____. **A autonomia financeira do Poder Judiciário no Brasil**. São Paulo: MP Editora, 2006.
- CONTI, José Mauricio (org.). **Federalismo fiscal**. Barueri (SP): Manole, 2004.
- CONTI, José Mauricio (coord.). **Orçamentos públicos**. A Lei 4320/1964 comentada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.
- COSCIANI, Cesare. **Scienza delle Finanze**. Torino: UTET, 1991.
- GARCÍA, José Pascual. **Régimen jurídico del gasto público**. Presupuestación, ejecución y control. 4ª Ed. Madrid: Ministerio de La Presidencia – Boletín Oficial Del Estado, 2005.
- GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. São Paulo: Atlas, 2002.
- GIULIANI FONROUGE, Carlos M. **Derecho Financiero**. Buenos Aires: Depalma, 1993.
- HARADA, Kiyoshi. **Direito Financeiro e Tributário**. São Paulo: Atlas.
- JARACH, Dino. **Finanzas Públicas y Derecho Tributario**. Buenos Aires: Cantagallo, 1993.
- MARTINS, Ives G. S. e NASCIMENTO, Carlos V (organizadores). **Comentários à Lei de Responsabilidade Fiscal**. São Paulo: Saraiva, 2007.
- MENDES, Marcos (org.). **Gasto público eficiente**. 91 propostas para o desenvolvimento do Brasil. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.
- MARTINS, Ives G. S. (organizador). **Taxa e Preço Público**. Caderno de Pesquisas Tributárias, vol. 10. São Paulo: Resenha Tributária - CEEU, 1991.
- MEIRELLES, Hely L. **Finanças Municipais**. São Paulo: Malheiros, 2000.
- MILESKI, Helio S. **O controle da gestão pública**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.
- MUSGRAVE, Richard e MUSGRAVE, Peggy. **Finanças Públicas**. Teoria e prática. São Paulo: Editora Campus/EDUSP, 1980.
- OLIVEIRA, Regis F. **Curso de Direito Financeiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.
- _____. **Receitas públicas não tributárias**. São Paulo: Malheiros, 2003.
- _____. **Responsabilidade Fiscal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.
- SILVA, José Afonso da. **Orçamento-programa no Brasil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1972.
- TORRES, Ricardo Lobo. **Tratado de Direito Constitucional Financeiro e Tributário**. Vol. V – O Orçamento na Constituição. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.
- _____. **Curso de Direito Financeiro e Tributário**. São Paulo: Renovar, 2003.
- VILLEGAS, Hector. **Curso de finanzas, derecho financiero y tributario**. Buenos Aires: Astrea, 2005.

- **Internet**

Banco Central do Brasil: www.bcb.gov.br

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social: www.bndes.gov.br

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão: www.planejamento.gov.br

Portal da Transparência: www.portaltransparencia.gov.br
Secretaria do Tesouro Nacional: www.stn.fazenda.gov.br
Senado Federal: www.senado.gov.br
Supremo Tribunal Federal: www.stf.gov.br
Tribunal de Contas do Estado de São Paulo: www.tce.sp.gov.br
Tribunal de Contas do Município de São Paulo: www.tcm.sp.gov.br
Tribunal de Contas da União: www.tcu.gov.br

- **Legislação**

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL

DECRETO-LEI 200, de 25.2.1967

LEI 4.320, de 17.3.1964

LEI 8.443, de 16.7.1992

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LEI COMPLEMENTAR 101, de 4.5.2000)

12.3.3. Subárea: **Direito Tributário**

- 1 Conceito de tributo e os critérios distintivos entre taxas cobradas pela prestação de serviços públicos e tarifas. O poder de polícia. Os serviços, sua especificabilidade e divisibilidade. Justificação das taxas.
- 2 Obrigação tributária, crédito tributário e lançamento tributário.
- 3 Funções da lei complementar em matéria tributária.
- 4 Sujeição passiva tributária. Contribuinte e responsável. Responsabilidade tributária dos sócios e dos administradores.
- 5 Regra-matriz de incidência tributária e as funções da base de cálculo.
- 6 Decadência e prescrição do direito de repetir o indébito tributário.
- 7 Imunidades tributárias: definição, espécies e requisitos constitucionais.
- 8 Categorias tributárias: competência, não competência, incidência, não incidência, isenção, imunidade.
- 9 Competência tributária. Discriminação constitucional de competências tributárias.
- 10 Princípios tributários e as limitações constitucionais ao poder de tributar.

12.3.4. Subárea: **Direito Ambiental**

- 1 O problema ambiental e sua abordagem econômica.
- 2 A problemática do desenvolvimento sustentável.
- 3 Políticas públicas e direito ambiental.
- 4 O meio ambiente na Constituição Federal.
- 5 Atuações preventivas e repressivas da Administração Pública em matéria ambiental.
- 6 Mecanismos de controle da poluição.
- 7 Responsabilidade pós-consumo.
- 8 O Licenciamento ambiental e as avaliações de impacto ambiental.
- 9 Espaços territoriais especialmente protegidos.
- 10 Interdisciplinariedade e direito ambiental.

12.4. Área de concentração **DIREITO DO ESTADO – (2134)**

12.4.1. Subárea: **Teoria Geral do Estado**

- 1 Soberania.

- 2 Conceito de Estado.
- 3 Representação política.
- 4 Estado e direito.
- 5 Democracia e formas de governo.
- 6 Democracia direta e semidireta.
- 7 Teoria da Divisão de Poder.
- 8 O parlamentarismo.
- 9 O presidencialismo.
- 10 Estado federal.

12.4.2. Subárea: **Direito Constitucional**

- 1 Conceito de Constituição.
- 2 O poder constituinte.
- 3 Controle de constitucionalidade.
- 4 Formas, sistemas e regimes políticos.
- 5 Partidos políticos.
- 6 Os princípios do Estado de Direito.
- 7 A doutrina dos direitos fundamentais e sua evolução.
- 8 Bases e valores da ordem econômica.
- 9 A atuação do Estado na ordem econômica.
- 10 Bases e valores da ordem social.

12.4.3. Subárea: **Direito Administrativo**

- 1 Princípios constitucionais da Administração Pública.
- 2 Atos administrativos: anulação, revogação e convalidação.
- 3 Poder de polícia.
- 4 Bens públicos: classificação e regime jurídico.
- 5 Mutabilidade dos contratos administrativos.
- 6 Atos administrativos: limites do controle judicial.
- 7 Atos administrativos discricionários e vinculados.
- 8 Contratos administrativos: parcerias público-privadas.
- 9 Contratos administrativos: concessão de serviços públicos.
- 10 Responsabilidade extracontratual do Estado.

12.5. Área de concentração **DIREITO INTERNACIONAL – (2135)**

12.5.1. Subárea: **Direito Internacional Público**

- 1 Estado no direito internacional: elementos constitutivos; surgimento e reconhecimento de estado e de governo; sucessão de estado, no direito internacional.
- 2 Fontes do direito internacional costume; tratados; princípios gerais e as demais; atos unilaterais de estado e resoluções das organizações internacionais.
- 3 Relações e conflitos entre direito interno e direito internacional; *jus cogens* no direito internacional.
- 4 Solução pacífica de controvérsias entre estados: meios diplomáticos e jurídicos; seus respectivos modos de atuação.
- 5 Solução coercitiva de controvérsias entre estados e regulação do uso da força no direito internacional atual.

- 6 Organizações internacionais: responsabilidade internacional, privilégios e imunidades.
- 7 ONU e sua regulamentação atual: órgãos, competência, atuação e relacionamento com agências especializadas.
- 8 Fenômeno da integração econômica regional: tipologia e principais áreas: União Européia e MERCOSUL.
- 9 A proteção internacional dos direitos do homem: sistemas regionais e sistema universal.
- 10 Proteção internacional do meio ambiente: fundamentos legais e impacto da globalização.

Bibliografia:

- ACCIOLY, Hildebrando, G. E. do NASCIMENTO E SILVA e Paulo B. CASELLA, **Manual de direito internacional público** (São Paulo: Saraiva, 17^a ed., 2009)
- ACCIOLY, Hildebrando, **Tratado de direito internacional público** (São Paulo: Quartier Latin, 3^a ed. Histórica, com prefácio de P. B. CASELLA, 2009)
- BEDJAoui, Mohammed (redator geral), **Droit international: bilan et perspectives** (Paris: UNESCO / Pédone, impr. 1991, 2 vols. ; também publicado em inglês)
- BOBBIO, Norberto, **A Era dos Direitos**, Apresentação de Celso Lafer, Rio de Janeiro, Campus, 2004.
- CASELLA, P. B., **Fundamentos do direito internacional pós-moderno** (São Paulo: Quartier Latin, 2008)
- CASELLA, P. B., **Direito internacional, terrorismo e aviação civil** (São Paulo: Quartier Latin, 2006)
- CASELLA, P. B., *Constituição e direito internacional* (in **Direito da integração**, org. P. B. CASELLA e V. L. V. LIQUIDATO, São Paulo : Quartier Latin, 2006, pp. 31-55)
- CASELLA, P. B. et al. (orgs.), **Direito internacional, humanismo e globalidade: G. F. S. SOARES Amicorum discipulorum liber** (São Paulo: Atlas, 2008)
- CARVALHO RAMOS, André de, **Teoria Geral dos Direitos Humanos na Ordem Internacional**. (Rio: Renovar, 2005)
- CARVALHO RAMOS, André de. **Processo Internacional dos Direitos Humanos**. (Rio: Renovar, 2002)
- RANGEL, Vicente Marotta, **Direito e relações internacionais** (São Paulo : RT, 8a. Ed., 2005)
- SCHACHTER, Oscar, **International law in theory and practice: general course in public international law** (RCADI, 1982, t. 178, pp. 9-395)
- SOARES, Guido Fernando Silva, **Direito internacional do meio ambiente** (São Paulo: Atlas, 2001)
- SOARES, Guido Fernando Silva, **Orgãos dos Estados nas Relações Internacionais, Formas de Diplomacia e Imunidades**, Rio de Janeiro, Forense, 2001.
- TRINDADE, Antonio Augusto Cançado, **Direito das organizações internacionais** (Belo Horizonte - Del Rey, 3^a. Ed. rev. e atualizada - 2003).

12.5.2. Subárea: Direito Internacional Privado

- 1 Noção, objeto e âmbito do Direito Internacional Privado.
- 2 Fundamento e natureza jurídica do Direito Internacional Privado. O Direito Internacional Privado e as disciplinas afins.
- 3 Fontes do Direito Internacional Privado.
- 4 O problema da qualificação. Conflito de qualificação.
- 5 A regra de conflitos no Direito Internacional Privado e sua matriz conflitual: estrutura e funções.

- 6 A aplicação do direito material estrangeiro. Elemento de conexão. O princípio da maior proximidade.
- 7 Exceções à aplicação do direito estrangeiro.
- 8 Reconhecimento de atos jurisdicionais estrangeiros.
- 9 Lei aplicável às obrigações.
- 10 Lei aplicável às relações familiares.

Bibliografia:

- BALLARINO, Tito. *Diritto internazionale privato*. 3ª ed. Padova: Cedam, 1999.
- BASEDOW, Jürgen e KONO, Toshiyuki (ed.) *An Economic Analysis of Private International Law*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2006.
- BASSO, Maristela. “Da aplicação do direito estrangeiro pelo juiz nacional - O direito internacional privado à luz da jurisprudência”. São Paulo: Saraiva. 1988. (esgotado – consulta apenas na Biblioteca da Faculdade de Direito do Largo São Francisco).
- BOGGIANO, Antonio. *Derecho Internacional Privado*. Buenos Aires: Abeledo-Perrot. 2000. (vol.1/Teoria General y Derecho Procesal Internacional; v.2/Derecho mercantil internacional).
- CASTRO, Amílcar de, *Direito Internacional Privado*, 5ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2001 (6ª ed. 2005).
- COLLINS, Lawrence. *Essays in International Litigation and the Conflict of Laws*. New York: Oxford Univ.Press. 1994.
- DINIZ, Maria Helena. *Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro Interpretada*. 11ª edição, São Paulo: Saraiva, 2005.
- DOLINGER, Jacob, *Direito Internacional Privado – parte geral*, 7ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.
- GARCIA VELASCO, Ignacio. *Derecho Internacional Privado*. Salamanca: Livraria Cervantes, 1994.
- KROPHOLLER, Jan. *Internationales Privatrecht*. 6ed. Tübingen: Mohr Siebeck. 2006.
- SAVIGNY, Friedrich Carl von, *Sistema do Direito Romano Atual- Vol.VIII*. Ijuí: Editora Unijuí. 2004.
- SIEHR, Kurt. *Internationales Privatrecht: Deutsches und Europäisches Kollisionsrecht für Studium und Praxis*. Heidelberg: C.F.Müller. 2001.

12.5.3. Subárea: Direito do Comércio Internacional

- 1 Autonomia da vontade e ordem pública na elaboração dos contratos internacionais.
- 2 Cláusulas de hardship: onerosidade excessiva ou rebus sic stantibus?
- 3 Natureza jurídica e funções do pré-contrato nas negociações privadas internacionais.
- 4 Acordo TRIPs: alcance e sentido das normas de proteção da propriedade intelectual no sistema da OMC.
- 5 Proteção internacional dos investimentos estrangeiros diretos.
- 6 Joint Ventures institucionais e contratuais.
- 7 Cláusulas de nação mais favorecida e tratamento nacional na OMC.
- 8 Arbitragem estrangeira e arbitragem internacional: expressões sinônimas?
- 9 Liberdade de comércio internacional: incentivo para a elevação ou para a redução dos padrões de proteção ambiental?
- 10 Arbitragens mistas e Doutrina Calvo: os Estados submetidos à arbitragem.

Bibliografia:

BASSO, Maristela. **Contratos internacionais do comércio: negociação, conclusão e prática**. 3ª edição. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

CARREAU, Dominique e JUILLARD, Patrick. (2005) **Droit International Économique**, 2ª Edição. Paris: Dalloz.

COLLIER, John e LOWE, Vaughan. (1999) **The Settlement of Disputes in International Law – Institutions and Procedures**. Oxford: Oxford University Press.

COSTA, José A. F., NUSDEO, Ana M. O. As cláusulas de força maior e de hardship nos contratos internacionais. **Revista de Direito Mercantil Industrial, Econômico e Financeiro**. , v.97. São Paulo: RT, 1995. P.76 - 103.

DAVID, René. **L'Arbitrage dans le Commerce International**. Economica: Paris, 1982.

DRAETTA, Ugo. Il diritto dei contratti internazionale: la patologia dei contratti. Padova: CEDAM, 1988.

LOEWNEFELD, Andreas F. (2008) **International Economic Law**, 2ª Edição. Oxford: Oxford University Press.

MAGALHÃES, José C. **Direito Econômico Internacional**. Curitiba: Juruá, 2005.

RODAS, João Grandino (coord.). **Contratos Internacionais**. 2ª Edição, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995 (3ª ed., 2004).

SORNARAJAH, M. **The International Law of Foreign Investment**, 2ª Edição. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. 2ª ed.

STRENGER, Irineu. **Contratos Internacionais do Comércio**. 4ª Edição. São Paulo: LTr, 2004.

12.6. Área de concentração **DIREITO PENAL, MEDICINA FORENSE E CRIMINOLOGIA – (2136)**

- 1 Escolas Penais: objeto e método do saber jurídico-penal.
- 2 Tipicidade Penal. Conceito. Evolução Histórica. Elementos. Importância sistemática na Teoria do Delito.
- 3 Concurso Aparente de Normas Penais.
- 4 Concurso de Pessoas. Teorias e diferenciações. Crimes comuns e especiais.
- 5 Teoria da Pena. Finalidades e Funções da Pena. Sistema de Fixação. O Sistema de Penas no Código Penal Brasileiro.
- 6 Culpabilidade. Teorias. Causas legais e supralegais de exculpação.
- 7 Teorias da Causalidade. O artigo 13 do Código Penal Brasileiro.
- 8 Crimes Omissivos. Crimes omissivos próprios e impróprios. A relevância da omissão e a posição de garantidor na estrutura dogmática do Código Penal Brasileiro.
- 9 Do Roubo e da Extorsão.
- 10 Dos crimes contra a fé pública. Falsificação de documentos públicos e privados. Falsidade ideológica. Uso de documento falso.

12.7. Área de concentração **DIREITO PROCESSUAL – (2137)**

12.7.1. Subárea: **Direito Processual Civil**

- 1 A exclusão da prova ilícita do processo: fundamentos e mecanismos processuais de efetivação da garantia constitucional.
- 2 Antecipação de tutela e execução provisória na perspectiva da razoável duração do processo.

- 3 Mecanismos processuais de valorização dos precedentes como técnica de aceleração do processo.
- 4 Invalidez e aproveitamento de atos processuais em face dos princípios constitucionais do processo.
- 5 A importância do processo romano e do processo canônico na formação do Direito Processual Moderno.
- 6 O processo coletivo como instrumento de eliminação de processos repetitivos: limites e possibilidades.
- 7 Invalidez da sentença arbitral motivada pela violação de princípios constitucionais: fundamento e reconhecimento judicial.
- 8 Extensão e profundidade do efeito devolutivo da apelação.
- 9 O direito à prova: dimensão constitucional e processual.
- 10 Limites subjetivos da coisa julgada e intervenção de terceiros.

12.7.2. Subárea: **Direito Processual Penal**

- 1 Investigação preliminar. Formas. Ampla defesa e contraditório.
- 2 Presunção de inocência e prisão cautelar.
- 3 Juiz natural. Competência. Classificações. Critérios. Causas de modificação.
- 4 Ação penal. Classificação. Condições. Juízo de admissibilidade da acusação.
- 5 Ampla defesa. Defesa técnica e autodefesa. O princípio *nemo tenetur se detegere*.
- 6 Prova ilícita.
- 7 O novo procedimento do tribunal do júri. Garantias. Direito intertemporal.
- 8 Justiça consensual e os novos paradigmas para o processo penal.
- 9 Princípios gerais na teoria dos recursos.
- 10 *Habeas corpus* e mandado de segurança no processo penal brasileiro.

Bibliografia:

- BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. Direito intertemporal. In. ASSIS MOURA, Maria Thereza Rocha de (coord.) *As reformas no processo penal: as novas leis de 2008 e os projetos de reforma*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, pp. 20-49.
- . Tribunal do Júri. Lei 11.689 de 09.06.2008. In. ASSIS MOURA, Maria Thereza Rocha de (coord.) *As reformas no processo penal: as novas leis de 2008 e os projetos de reforma*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, pp. 50-246.
- CRUZ, Rogério Schietti. *Garantias processuais nos recursos criminais*. São Paulo: Atlas, 2002.
- FERNANDES, Antônio Scarance. *Reação defensiva à imputação*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.
- . *Processo penal constitucional*. 4. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.
- . *Teoria geral do procedimento e o procedimento no processo penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.
- GOMES FILHO, Antonio Magalhães. *Presunção de inocência e prisão cautelar*. São Paulo: Saraiva, 1991.
- . O princípio da presunção de inocência na Constituição de 1988 e na Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica). *Revista do Advogado*, São Paulo. n. 42, abr. 1984.
- . *Direito à prova no processo penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

----- Provas. Lei 11.690 de 09.06.2008, In. ASSIS MOURA, Maria Thereza Rocha de (coord.) *As reformas no processo penal: as novas leis de 2008 e os projetos de reforma*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, pp. 246-297.

GRINOVER, Ada Pellegrini. *As condições da ação penal*. São Paulo: José Bushatsky, 1977.

----- *Liberdades públicas e processo penal: as interceptações telefônicas*. 2. Ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 1982.

----- As provas ilícitas na Constituição. In. *O processo em evolução*. 2. ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

----- As condições da ação penal. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, n. 69, nov./dez. 2007, pp. 179- 199.

GRINOVER, Ada Pellegrini; GOMES FILHO, Antonio Magalhães; FERNANDES, Antonio Scarance. *As nulidades no processo penal*. 10 ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

----- *Recursos no processo penal*. 5. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

GRINOVER, Ada Pellegrini; GOMES FILHO, Antonio Magalhães; FERNANDES, Antonio Scarance; GOMES, Luiz Flávio. *Juizados especiais criminais. Comentários à Lei 9.099, de 26.09.1995*. 5. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

MORAES, Maurício Zanóide. *Interesse e legitimação para recorrer no processo penal brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis. *Justa causa na ação penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

PITOMBO, Sérgio Marcos de Moraes. *Inquérito policial. Novas tendências*. Belém: Cejup. 1987.

QUEIJO, Maria Elizabeth. *O direito de não produzir prova contra si mesmo (o princípio nemo tenetur se detegere e suas decorrências no processo penal)*. São Paulo: Saraiva, 2003.

SAAD, Marta. *O direito de defesa no inquérito policial*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

TUCCI, Rogério Lauria. *Teoria do direito processual penal. Jurisdição. Ação e processo penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

----- *Direitos e garantias individuais no processo penal brasileiro*. 2. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

----- *Ministério Público e investigação criminal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

ZILLI, Marcos Alexandre Coelho. *A iniciativa instrutória do juiz no processo penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

12.8. Área de concentração **DIREITO DO TRABALHO – (2138)**

12.8.1. Subárea: **Direito da Seguridade Social**

- 1 Fontes de custeio da Seguridade Social.
- 2 Previdência Privada.
- 3 Direitos adquiridos em matéria previdenciária.
- 4 Cumulação de benefícios e prescrição.
- 5 Natureza jurídica das contribuições sociais.
- 6 Sistema assistencial no Brasil: renda mínima.
- 7 Sistema de saúde brasileiro.
- 8 Tempo de serviço e contagem recíproca.
- 9 Os direitos sociais como direitos fundamentais.
- 10 Beneficiários.

12.8.2. Subárea: Direito Individual do Trabalho

- 1 Contrato individual de trabalho e figuras afins. Novas tipologias contratuais.
- 2 Morfologia da remuneração. Salário, gorjeta, piso salarial, salário profissional.
- 3 Responsabilidade objetiva e subjetiva do empregador nas relações de trabalho: terceirização, "dono da obra", grupo econômico, acidente do trabalho.
- 4 Poder de comando do empregador.
- 5 Sujeitos do contrato de trabalho: generalidades. Trabalho autônomo dependente e as novas modalidades de proteção.
- 6 Formação do contrato de trabalho.
- 7 Custo da mão-de-obra e os desafios da superação do tradicional binômio trabalho autônomo x trabalho subordinado.
- 8 Cessação do contrato de trabalho. Impactos no ordenamento jurídico brasileiro em caso de eventual (re)ratificação da Convenção 158, da OIT.
- 9 Grupos de empresas.
- 10 O Estado como empregador.

12.8.3. Subárea: Direito Coletivo do Trabalho

- 1 Princípios do direito coletivo do trabalho.
- 2 Incorporação das cláusulas normativas no contrato de trabalho.
- 3 Organização sindical. Sistema confederativo. Centrais Sindicais.
- 4 Garantias da liberdade sindical. Proteção contra atos anti-sindicais.
- 5 Representação e participação dos trabalhadores na empresa.
- 6 Conflitos coletivos do trabalho: terminologia, conceito, classificação, formas de solução. Sociologia dos conflitos.
- 7 Negociação coletiva de trabalho: funções, níveis, procedimentos.
- 8 Direito de greve. Titularidade, características. Efeitos no contrato de trabalho.
- 9 Poder normativo da Justiça do Trabalho: alterações instituídas pela EC 45/2004.
- 10 Unicidade sindical. Unidade sindical. Pluralidade sindical.

12.8.4. Subárea: Direito Processual do Trabalho

- 1 Autonomia do direito processual do trabalho.
- 2 Princípios do direito processual do trabalho.
- 3 Competência da Justiça do Trabalho. Alterações introduzidas pela EC 45/04.
- 4 Formas de solução dos conflitos trabalhistas.
- 5 Petição inicial trabalhista. Requisitos.
- 6 Resposta do réu. Contestação. Exceções. Reconvensão.
- 7 Das provas: Meios de prova. Ônus da prova.
- 8 Peculiaridades do procedimento sumaríssimo.
- 9 Tutela antecipada e medidas cautelares no processo do trabalho.
- 10 Reformas do CPC e aplicação ao processo do trabalho.

12.8.5. Subárea: Teoria Geral do Direito do Trabalho

- 1 Princípios do Direito do Trabalho. Principais propostas de revisitação.
- 2 Multidisciplinariedade do trabalho: economia, sociologia, administração de empresas, filosofia, psicologia, medicina.
- 3 Evolução do direito do trabalho no Brasil.
- 4 Teoria do ordenamento jurídico e seus reflexos no direito do trabalho.
- 5 Hierarquia das normas jurídicas trabalhistas.
- 6 Aplicação do direito comum e do direito do trabalho. Semelhanças e diferenças.
- 7 O método jurídico e o problema da interpretação. Reflexos sobre o direito do trabalho.
- 8 Direito constitucional e direito do trabalho.
- 9 Direito internacional e direito do trabalho.
- 10 Natureza jurídica do direito do trabalho.

13. Área de concentração FILOSOFIA E TEORIA GERAL DO DIREITO – (2139)

- 1 A ciência dogmática do direito na atualidade: o direito como instrumento decisório.
- 2 Norma e ordenamento: o ordenamento como sistema dinâmico no Estado Moderno.
- 3 A Ciência do Direito como teoria de Interpretação. Função racionalizadora da hermenêutica. Função Social da hermenêutica.
- 4 A teoria pura do Direito de Hans Kelsen: seus objetivos.
- 5 A teoria tridimensional específica e dinâmica do Direito de Miguel Reale.
- 6 O poder e a nomogênese Jurídica.
- 7 Racionalidade e Burocratização: direito na sociedade capitalista.
- 8 Eficácia do Direito e legitimidade da ordem jurídica.
- 9 O Direito como técnica e como ética.
- 10 O fundamento axiológico dos direitos humanos e a questão da sua vigência universal.

14. Área de concentração DIREITOS HUMANOS – (2140)

- 1 O fundamento axiológico dos direitos humanos e a questão de sua vigência universal.
- 2 Os direitos humanos como princípios e como regra: no plano nacional e internacional: hierarquia e força vinculante.
- 3 As Primeiras Declarações de Direitos e suas características.
- 4 O fundamento do direito de liberdade nas várias manifestações.
- 5 O fundamento da igualdade nas várias manifestações.
- 6 A efetividade da proteção dos direitos humanos: problemas e possíveis soluções.
- 7 Os Direitos Econômicos e Sociais.
- 8 Os Direitos de solidariedade.
- 9 Os Direitos Fundamentais no Brasil.
- 10 Os Direitos Humanos e multiculturalismo.

Bibliografia:

BOBBIO, Norberto – A Era dos Direitos. 8ª. Ed., Rio de Janeiro, Campus, 1992.
 CDHOA - Coordenação da Comissão dos Direitos Humanos da Ordem dos Advogados.
 Direitos fundamentais, multiculturalismo e religiões. Lisboa: Principia Editora, 2007.

CARVALHO RAMOS, André de. Teoria Geral dos Direitos Humanos na Ordem Internacional, Rio de Janeiro, Ed. Renovar, 2005.

COMPARATO, Fábio Konder. A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos, São Paulo, LTr., 1998.

SANTOS, Boaventura de Souza – Por uma concepção multicultural de direitos humanos, in Santos, Boaventura de Souza (org.), Reconhecer para libertar os caminhos do cosmopolitismo multicultural, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

SARLET, Ingo Wolfgang. Dimensões da dignidade: ensaios de filosofia do direito e direito constitucional. Porto Alegre, Livraria do Advogado, 2005.

SOARES, Maria Victoria de Mesquita Benevides, Cidadania e direitos humanos, Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas), n. 104, “Direitos Humanos, Cidadania e Educação”, 1998.

TAYLOR – Charles. Multiculturalismo. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

15. DA VISTA ÀS PROVAS

- 15.1. Os candidatos poderão ter vista às provas de proficiência em idioma estrangeiro e dissertativa na Secretaria de Pós-Graduação, a saber:
- a. **08 a 11 de setembro de 2009:** Proficiência em idioma estrangeiro;
 - b. **19 a 23 de outubro de 2009:** Prova Dissertativa.

16. DA MATRÍCULA INICIAL

- 16.1. Os candidatos selecionados deverão realizar a matrícula nos prazos fixados pela CPG e divulgados pela Secretaria de Pós-Graduação e entregar, no ato da matrícula, os seguintes documentos:
- a. Cópia do diploma devidamente registrado, histórico escolar completo ou certificado com a data de conclusão do curso de graduação, contendo a data em que foi efetuada a colação de grau, obtido em curso oficialmente reconhecido. **(somente para os candidatos que não apresentaram no ato da inscrição).**
 - b. Cópia simples do Cadastro de Pessoa Física (CPF);
 - c. Cópia simples do Título de Eleitor;
 - d. Cópia simples do Certificado de Reservista;
 - e. Cópia simples da Certidão de Nascimento ou Casamento.

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 17.1. Todos os atos junto à Secretaria de Pós-Graduação deverão ser praticados no horário das 10h00 às 17h00.
- 17.2. Não haverá revisão das provas.
- 17.3. Não poderão ser preenchidas vagas que não tenham sido previamente aprovadas pela Comissão de Pós-Graduação.
- 17.4. Os candidatos não poderão mudar, no decorrer do processo seletivo, de área de concentração, de nível ou de orientador, ressalvada quanto a este último, a possibilidade de processo seletivo conjunto entre docentes, conforme o previsto no Art. 11 e parágrafo único da Deliberação FD nº 52/2004.

- 17.5. Os candidatos selecionados que já ingressaram em algum Programa de Pós-Graduação em qualquer Unidade da USP e dele foram desligados, deverão atender, também, o previsto no Art. 55 do Regimento de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo.
- 17.6. A matrícula será isenta do pagamento de taxas.
- 17.7. Os casos omissos serão resolvidos pela Presidente da CPG.

COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA FACULDADE DE DIREITO DA
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 27 de abril de 2009.

De acordo. Publique-se.

Professora Associada **MONICA HERMAN SALEN CAGGIANO**
Presidente da Comissão de Pós-Graduação da FDUSP